Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, no início da tarde desta quinta-feira (6 de maio), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, admitiu que as eleições municipais de 2020 podem ter contribuído para a disseminação do novo coronavírus no país. A CPI foi instalada no Senado após determinação do Supremo Tribunal Federal para que sejam investigadas ações e omissões do governo frente a crise sanitária que já matou mais de 414 mil brasileiros.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) foi o autor da pergunta incômoda, entre muitas outras que fizeram o ministro declarar por diversas vezes que não tinha informações para responder aos parlamentares.

Girão citou "autorização" dada pelo ministro do STF que determinou a abertura da CPI e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso para que o pleito fosse realizado, o que aconteceu sob protestos de sindicatos dos trabalhadores do Poder Judiciário de todo o país. "Tivemos uma eleição no ano de 2000 (sic) que foi autorizada pelo ministro Barroso, e a gente estava no meio de uma pandemia", disse o parlamentar.

"Eu queria saber do senhor se, de alguma forma, isso pode ter colaborado com a ampliação, com o contágio do vírus em nossa população, a realização dessa eleição, que teve em muitos locais aglomerações, andar nas ruas, comícios. Eu queria saber, já que muitas pessoas são assintomáticas, a maioria das pessoas que são infectadas pelo coronavírus são assintomáticas e continuam transmitindo sem saber, eu queria lhe perguntar sobre o impacto. Isso pode ter agravado uma segunda onda no nosso país?", questionou o senador.

O ministro respondeu: "Não só o processo eleitoral, como as festas de final de ano, as férias, o carnaval e todas essas situações em que as pessoas fazem aglomerações, e muitas vezes não adotam as medidas não farmacológicas, elas contribuem para aumentar a circulação do vírus". Perguntado novamente se as eleições podem ter contribuído para o aguçamento da crise sanitária, Queiroga confirmou: "Em tese, sim, senador".

Formalmente, embora o senador tenha responsabilizado apenas o presidente do TSE pela manutenção do calendário eleitoral de 2020 com parcos quinze dias de diferença em relação à previsão constitucional, o pleito foi autorizado pelo próprio **Congresso Nacional, que aprovou a Emenda Constitucional 107**, deslocando excepcionalmente o primeiro e o segundo turnos para os dias 15 e 29 de novembro do ano passado.

O Sintrajud esteve entre as entidades que questionaram sobre o risco da realização das eleições sem solução para crise sanitária **(leia aqui)**, assim como o **Movimento LutaFenajufe**. “Colegas da Eleitoral e alguns sindicatos, como o nosso, tentaram pautar o tema, mas o que se viu foi a votação relâmpago de uma PEC pelo Congresso apenas deslocando pontualmente as datas, e um debate de protocolos que se confirmou muito aquém da realidade. O argumento democrático, invocado pelas cúpulas dos Poderes para a manutenção do pleito, não poderia ser tratado em abstrato, nem dissociado do cenário geral da pandemia. Não há democracia sem saúde pública e proteção à vida”, lembrou o dirigente do Sintrajud Tarcisio Ferreira.

Metas e calendário acima da vida

Servidora do TRE-SP e também diretora do Sindicato, Raquel Morel Gonzaga, lembra que “desde o início da pandemia, afirmávamos que o trabalho presencial não era seguro. Por isso fizemos uma forte campanha pela greve sanitária, trabalho remoto, para garantir o isolamento social e preservar vidas. Alertamos que o processo eleitoral, que envolve trabalhos preparatórios, campanha dos candidatos etc, poderia provocar um aumento do contágio e mais vidas perdidas. Infelizmente isso se comprovou.”

Raquel lembra ainda que um dia após o primeiro turno, em 16 de novembro, o governador João Doria (PSDB) foi obrigado a admitir um aumento de 18% no número total de internações na semana anterior. No TRE-SP, ao longo da preparação do pleito e depois do segundo turno das eleições, o Sindicato recebeu informações sobre infecção de servidores da Justiça Eleitoral em diversos cartórios. **A servidora requisitada Andréia Maricato, então lotada na 33ª ZE, em Campinas, faleceu em setembro, vítima da covid-19.** Ela estava trabalhando em regime semipresencial.

“O negacionismo do presidente Bolsonaro e dos integrantes do seu governo, o desrespeito com as vítimas dessa doença e seus familiares, não têm justificativa. É uma política genocida. Mas as posturas políticas paliativas ou de omissão de governadores, prefeitos e demais autoridades públicas também contribuem para o adoecimento e morte de milhares de brasileiros, aponta Raquel.

Assista abaixo ao trecho do depoimento do ministro Marcelo Queiroga

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM

PEC 10 vai ao Plenário após ser aprovada na CCJ com garantia de quinquênios só para juízes e autoridades

Confira aqui o passo a passo para participar da assembleia do dia 27/4 e eleger seus/suas representantes

O que é e porque é fundamental aprovar o PCCS